

GTS APROVADOS

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO INFANTIL

GT: As infâncias e a educação infantil em debate

Coordenação/Colaboração: Jordana Wruck Timm, Adilson Cristiano Habowski

Ementa: Justificativa/relevância e vinculação com o Eixo Temático, objetivos e delimitação da temática proposta: A proposta desse GT intenciona trazer para o debate as pesquisas que se relacionam às infâncias e à educação Infantil. É intenção trazer para a discussão os direitos da criança de se expressar, explorar, conhecer-se, participar, brincar, conviver, tal como é previsto para essa etapa da educação que atende as infâncias. Diante disso, objetiva-se:

- Dialogar sobre questões que envolvem às infâncias e/ou a Educação Infantil;
- Fomentar um espaço para debate sobre o papel da escola e de seus profissionais frente aos processos que envolvem as infâncias e a educação;
- Promover debates sobre o direito Educativo e a Educação Infantil.

EIXO TEMÁTICO: CIDADES QUE EDUCAM E TRANSFORMAM

GT: A perspectiva formativa na cidade que Educa e Transforma

Coordenação/Colaboração: Elisabete Cerutti, Marili Moreira da Silva Vieira

Ementa: Como pesquisadores e professores, muitos têm sido os caminhos que temos desvendado em busca de horizontes que envolvam a realidade docente e os saberes necessários para a consolidação de uma prática pedagógica condizente com seu tempo, bem como, de metodologias para a construção da aprendizagem dos alunos e da sua inserção nos espaços sociais e educativos.

Com a aprovação da Rede Internacional UniTwin: A Cidade que Educa e Transforma pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, liderada pelo ISEC, Lisboa e da qual fazem parte 13 instituições de Ensino Superior do Brasil, Portugal e da Guiné-Bissau, dentre elas, a URI e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, novas facetas da pesquisa e da extensão, as quais faço parte, despertaram ainda outros horizontes.

Cabe destacar que em nossa Rede Internacional A Cidade que Educa e Transforma, há dois eixos que temos refletido e que podem ser ampliados nos estudos que têm seu foco neste projeto, baseado em texto da <https://unitwin.iseclisboa.pt/>

- A promoção de um sistema integrado de atividades de investigação, formação e documentação na área das Cidades Educadoras e a divulgação de conhecimentos sobre o conceito de uma cidade educadora, a fim de permitir modelos de governação em linha com os ODS.
- A Investigação e reflexão sobre as práticas baseadas em modelos de governança inspirados no conceito de Cidades Educadoras e suas respostas aos problemas emergentes das sociedades, especialmente na perspectiva da consolidação de democracias.

Essa cidade, território, espaço educativo, o qual podemos denominar de Território Educativo, pode ser compreendido para além de suas funções tradicionais. Podemos reconhecer que esse “lugar” possui um papel de educador na vida dos sujeitos, por isso, entendemos que ele

pode ser assumido como entre lugar de permanência, em que haja a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos, possibilitando visualizar todo o ciclo vital através da educação.

São esses territórios educativos que podem ser considerados os espaços, os tempos, os ciberespaços e os múltiplos atores que ensinam e que são ensinados, como atores pedagógicos. Destacamos, contudo, que uma gestão consolidada nesta perspectiva, de uma escola que educa e transforma, necessita compreender como podem ser insituídos esses territórios.

Baseados nessa questão central, temos compreendido o caminho possível para realizar esse estudo, a luz da ciência, tendo as facetas da inovação, do contexto de território educativo e do protagonismo do estudante, da própria escola básica e do gestor. Ao trilharmos os primeiros caminhos, temos nuances que podem ressignificar o papel da educação e do que caracteriza os elementos produtivos para a discussão de que princípios um gestor necessita ter como base para sustentar um projeto educacional que considere a relação da escola com a Cidade que Educa e Transforma:

- a) Ambiência com tecnologia digital como acesso e oportunidades.
- b) Formação continuada de professores para uma cidade que educa e transforma.
- c) O desenho de propostas pedagógicas para um espaço de escolas “pontes”.
- d) Cultura organizacional da gestão inovadora.
- e) Territórios educativos da cidade.

As categorias acima são, a priori, elementos que trataremos como pontos de referência para a incorporação desse estudo.

Objetivos e delimitação da temática proposta: Ampliar nosso olhar para o processo de como constituir, através da educação, uma Cidade que Educa e Transforma.

GT: Brincar é coisa séria”: potências para pensar o território da cidade

Coordenação/Colaboração: Juliane Claudia Piovesan, Susana Schwartz Basso

Ementa: O GT pensado no âmbito da Cátedra Unesco UniTwin – A Cidade que Educa e Transforma. Intenciona mobilizar o debate acerca das possibilidades e perspectivas do brincar para potencializar o território da cidade, refletindo sobre como se efetiva o direito de brincar em espaços formais e não formais. Uma cidade educadora é aquela que possui uma identidade e um protagonismo local e global, que se preocupa com as pessoas que nela vivem, promotora de momentos de acolhimento, de olhar de cuidado, de aprendizagens, de vivências que incitem o educar, o viver plenamente e o transformar. Enfim que exerce um papel educador na vida dos seres humanos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. O intuito deste grupo de trabalho é pensar o brincar enquanto prática/ambiente/espaço que acolhe, que constrói e possibilita educar e transformar em contextos da cidade. Destacamos o brincar na infância, enquanto ato lúdico, se constitui como uma ferramenta indispensável que proporciona entretenimento e aprendizagem, sendo fundamental para projetar e concretizar uma cidade que educa e transforma, pensando na humanidade e na vida. Pelo brincar os indivíduos são capazes de construir sua formação, inseridos numa cultura coletiva, brincando a criança interage com o cotidiano, oportunizando momentos para seu desenvolvimento integral. Pensar no brincar como mobilizador de cidades que educam e transformam é articular fatores que envolvem as experiências, as vivências e o trabalho pedagógico de educadores. Indagações que articulam o debate e são prementes de reflexões: Como se efetiva o direito de brincar na cidade? Como acontece o brincar

como acolhimento? Quais experiências e vivências do brincar na Infância mobilizam significativamente o educar e o transformar em espaços formais e não formais? Quem é a criança, um ser brincante, no movimento do território? Quais práticas, incentivadas e planejadas pelo educador movimentam o brincar na cidade? O GT se propõe organizar a interlocução de estudos de diferentes pesquisadores, intencionando discussões em torno do eixo cidades que educam e transformam, articulando experiências e reflexões sobre a importância de repensar e recriar espaços de brincar no ambiente escolar e fora dos muros da escola, contribuindo para a construção de uma cidade mais inclusiva e que se preocupe com a infância.

EIXO TEMÁTICO: JUVENTUDES, ENSINO MÉDIO E EJA

GT: GT – Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Coordenação/Colaboração: Claudionei Vicente Cassol, Nádia Maria Ferronato Bernardi, Eliara Maria Bandiera

Ementa: A problemática que envolve o Ensino Médio enquanto etapa final da educação básica, historicamente constituída pela insuficiente ação estatal, pelo precário debate no campo político-democrático e pelo distanciamento das demandas sociais que comprometem a construção de um projeto republicano de sociedade e de educação, estampa retrocessos, retrotopias, e ilustra a realidade brasileira de inconsistência da ciência e do humanismo no cotidiano social e escolar. Enquanto modalidade de ensino, por outro lado, a Educação de Jovens e Adultos, cumpre uma função primordial de política pública com preocupação cidadã de envolver todos e todas no processo de conhecimento, de cultura e humanismo. Problematicar o horizonte da etapa final da educação básica e desde o olhar crítico das recentes propostas e processos históricos sócio-políticos que estabelecem os percursos do ensino médio e, especificamente, da EJA, é objetivo da presente proposta de grupo de trabalho vinculado ao eixo Juventudes e Ensino Médio, do VII - Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores - Sincol 2024. Pensar alternativas de construção para uma política pública de ensino médio e de EJA que contemple ciência, conhecimento, humanismo e participação da comunidade como projeto de educação de formação integral, com condições de contribuir para um projeto de sociedade democrática e republicana de perspectiva decolonial, é o escopo do presente GT.

Palavras-Chave: Ensino Médio. EJA. Educação democrático-republicana. Ciência. Humanismo.

EIXO TEMÁTICO: INTERNACIONALIZAÇÃO

GT: La internacionalización de la educación superior en américa latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Coordenação/Colaboração: Pablo Daniel García, Jaílson Bonatti

Ementa: La internacionalización de la educación superior ha ocupado un lugar central en la agenda

de la política universitaria desde hace varias décadas. La dimensión internacional se ha incorporado a la vida cotidiana de las instituciones de educación superior a nivel regional y mundial, permeando sus funciones de enseñanza, investigación y extensión. El rol estratégico de la internacionalización en el mundo actual puede fundamentarse desde diversas perspectivas. En un entorno caracterizado por la interconexión y la interdependencia global, la internacionalización permite a las instituciones educativas preparar a los estudiantes para enfrentar los desafíos y aprovechar las oportunidades de un mundo cada vez más globalizado. Además, al facilitar y potenciar la movilidad a través de políticas sectoriales, gubernamentales e institucionales, la internacionalización permite a estudiantes, docentes e investigadores acceder a recursos, oportunidades de investigación y experiencias de aprendizaje en distintos países y culturas. Esta movilidad contribuye a la transferencia de conocimiento, la generación de redes internacionales y la promoción del desarrollo personal y profesional de los individuos y las instituciones.

La cooperación internacional en investigación, la oferta de programas de estudio internacionales y la creación de alianzas estratégicas entre instituciones son ejemplos de cómo la internacionalización promueve la innovación y la calidad en la educación superior. En la actualidad, la internacionalización se presenta como un componente fundamental para el desarrollo y la mejora continua de los sistemas universitarios en la región. En los escenarios futuros globalizados que la sociedad contemporánea imagina, la internacionalización puede contribuir significativamente a la construcción de un mundo más justo, inclusivo y sostenible. Por ello, este grupo de trabajo convoca a investigadores y formadores a abordar las múltiples temáticas vinculadas a la internacionalización como objeto de estudio y reflexión. Discutir sus aspectos teóricos, metodológicos, políticos y educacionales es fundamental para una mejor comprensión de los procesos y actores involucrados. Objetivos e delimitação da temática proposta:

- Avanzar en la discusión de la agenda contemporánea de la internacionalización de la educación en América Latina en sus aspectos teóricos, metodológicos, políticos y educacionales.
- Construir un espacio de diálogo internacional con foco en los desafíos y pendientes de la región en lo que respecta a la internacionalización de la educación superior.
- Promover el intercambio de metodologías de investigación sobre internacionalización de la educación superior a fin de complementar miradas y enfoques.

EIXO TEMÁTICO: AVALIAÇÃO

GT: Avaliação de políticas educacionais

Coordenação/Colaboração: **Edite Maria Sudbrack, Dora Maria Ramos Fonseca**

Ementa: A presente proposta de GT se insere na linha de pesquisa “Políticas públicas e gestão da educação”, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEDU), da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Possui grande relevância no contexto das políticas educacionais, especialmente no que diz respeito às avaliações em larga escala, ao Plano de Ações Articuladas (PAR), ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ao Sistema Estruturado de Ensino e ao Novo Ensino Médio. A necessidade de um acompanhamento crítico dessas políticas educacionais é fundamental para antever suas

possibilidades e limitações. Essa avaliação permite um entendimento mais profundo sobre a eficácia dessas políticas, possibilitando ajustes necessários para alcançar melhores resultados educacionais. A proposta é pertinente na medida em que contribui para a melhoria contínua do sistema educacional, garantindo que as políticas implementadas atendam de maneira mais eficaz às necessidades dos estudantes e da sociedade como um todo.

Vincula-se ao eixo temático “Avaliação” ao buscar avaliar criticamente políticas educacionais que têm impacto direto nas avaliações em larga escala e na qualidade da educação. A análise crítica de programas como o PAR, SAEB e o Novo Ensino Médio permite um entendimento mais detalhado de suas forças e fraquezas, contribuindo para ajustes e melhorias necessárias.

Os objetivos desta proposta são múltiplos e inter-relacionados. Primeiramente, busca-se realizar uma análise crítica das avaliações em larga escala, explorando como essas ferramentas impactam a qualidade da educação. Em segundo lugar, o estudo pretende investigar o Plano de Ações Articuladas (PAR), avaliando sua implementação e resultados. Outro objetivo é examinar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), identificando suas forças e fraquezas. Além disso, a pesquisa visa analisar o Sistema Estruturado de Ensino e suas implicações pedagógicas. Finalmente, o estudo irá se debruçar sobre o Novo Ensino Médio, avaliando suas inovações e desafios. Esses objetivos são fundamentais para fornecer uma visão abrangente das políticas educacionais atuais e suas repercussões.

Ao se concentrar nesses aspectos específicos, a proposta mantém seu foco e relevância, abordando áreas críticas que têm um impacto significativo na educação básica e média no Brasil. Além disso, a delimitação do tema facilita a identificação de práticas e políticas que podem ser aprimoradas, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema educacional mais eficiente e equitativo.

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

GT: Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Coordenação/Colaboração: Silvia Regina Canan; Ieda Pertuzatti

Ementa: O presente GT se propõe a refletir a formação de professores, atentando para os recentes e contínuos movimentos que ressoam na formação docente, sendo historicamente constituídos de forma cíclica e descontínua. Nessa perspectiva, alertamos para o recorrente debate sobre as reformas curriculares, as controvérsias sobre os ajustes às transformações do mundo globalizado, a polissemia que a construção do currículo fundado no conceito de competências apresenta, além de problemas recorrentes como a dicotomia entre teoria e prática (disciplinas específicas e pedagógicas), o espaço do bacharelado e da licenciatura, distanciamento entre o espaço formativo e a realidade escolar, tempo e espaço do estágio supervisionado, valorização docente, Sistema Nacional de Educação, dentre outros importantes elementos precursores de pesquisas que precisam ressoar seus resultados com maior ênfase na constituição de políticas e nos avanços da aprendizagem e na qualidade da educação básica. Problematicar o histórico da formação de professores no Brasil, considerando seu horizonte e o recente cenário de uma nova Diretriz

Curricular para a Formação de Professores, é objetivo da presente proposta de grupo de trabalho vinculado ao eixo Formação de Professores, do XIII Simpósio Nacional de Educação, VII - Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores - Sincol 2024. Pensar alternativas de construção de políticas públicas que respondam às necessidades de uma educação pública de qualidade, democrática e que contemple ciência, conhecimento, humanismo, contribuindo com a construção de professores protagonistas, com autonomia pedagógica e intelectual e em condições de contribuir para um projeto de sociedade democrática e republicana de perspectiva decolonial.

Palavras-Chave: Formação de Professores. Políticas de Formação de Professores. Diretrizes Curriculares de Formação de Professores.

GT: Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Coordenação/Colaboração: Ana Paula Teixeira Porto, Luana Teixeira Porto, Rosane Cardoso

Ementa: O momento atual de nossa História contempla desafios à formação oportunizada no ensino superior e exige cada vez mais inovação, prospecção e criatividade para superação de fragilidades na profissionalização e para o diálogo fecundo entre universidade, vida social e cultural, qualificação formativa e demandas de mercado. Isso emerge de desafios impostos pela globalização, pela ascensão da cultura digital e da sociedade em rede, pela fragmentação de áreas do saber, pelas competências profissionais decorrentes desse cenário, pelos avanços da ciência, pelas inovações no âmbito das tecnologias.

Nesse contexto, a formação do professor de Letras também é atravessada por mudanças e desafios, afinal o especialista em línguas e literatura deve dispor de competências distintas daquelas quando se iniciou a formação desse profissional. Historicamente, desde o surgimento das primeiras licenciaturas em Letras no Brasil, essa formação no ensino superior está pautada em eixos básicos: estudos linguísticos e estudos literários. Contudo, com as transformações pelas quais a sociedade tem experimentado, esses dois eixos – junto com a formação pedagógica – ainda são capazes de sustentar uma formação adequada do professor de Letras para suprir as demandas a que esse profissional será exposto no seu exercício profissional?

Sob essa perspectiva, os cursos formadores de professores (licenciaturas, no caso brasileiro), nas instituições de educação superior, deverão estar atentos a várias questões, como: que perfil pretendem formar, com quais competências e habilidades? O que a estrutura curricular deve priorizar nesses cursos? Que tendências – teóricas, metodológicas, de práticas de ensino – são mais promissoras para essa formação? Como as regulamentações, incluindo as DCNs e a BNC-Formação, articulam-se à formação do professor de Letras? Como os estudos de língua(s) e literatura(s) interconectam-se aos ditames da cultura digital e ao avanço das tecnologias?

Questões como essas incitam-nos a (re)pensar a formação de professores de Letras, visando ao despertar de uma visão crítica sobre a atualidade da formação que o ensino superior reserva para quem se dedica à docência na área das Letras e ao posicionamento sobre quais ações são fundamentais nesse processo no âmbito de curricularização, profissionalização e regulamentação

dessa formação.

e. Objetivos e delimitação da temática proposta

- Proporcionar um espaço de discussão acadêmico-científica sobre a formação do professor de Letras, considerando as especificidades dessa profissionalização, bem como os diálogos que ela estabelece com as demandas atuais da sociedade;
 - Discutir tendências, lacunas e desafios na formação do professor de Letras, considerando as diretrizes curriculares nacionais, as demandas educacionais e o perfil desse profissional;
 - Analisar diferentes perspectivas que subsidiam a formação do professor de Letras: normatizações legais, proposições curriculares, tendências formativas, epistemologias, metodologias;
- Considerando os objetivos do GT, elegemos alguns descritores que subsidiam as reflexões que se adéquam ao escopo de nossa proposição:
- * Formação do professor de Letras e suas interconexões com a cultura digital
 - * Formação curricular das licenciaturas em Letras: tendências e desafios
 - * Letramentos na formação do professor de Letras
 - * A formação do professor de língua portuguesa e línguas estrangeiras: princípios norteadores, metodologias e tendências
 - * A formação leitora e a literatura nos cursos de licenciatura em Letras: princípios norteadores, metodologias e tendências
 - * Inovação, internacionalização e interculturalidade na formação do docente de Letras
 - * Diálogos entre BNCC, BNC-Formação e perfil do professor de Letras no século XXI.

GT: Formação docente e aprendizagem significativa: correlações e intersecções

Coordenação/Colaboração: Hildegard Susana Jung, Rute Henrique da Silva Ferreira

Ementa: A formação docente no contexto pós-pandemia do coronavírus não pode furtar-se à realidade que se descortinou, mostrando a necessidade de compreendermos aspectos da contemporaneidade, como as tecnologias digitais, as competências socioemocionais e, principalmente, a compreensão profunda entre práticas pedagógicas e aprendizagem. No contexto do estado do Rio Grande do Sul, o mês de maio de 2024 apresenta um novo desafio, agora relacionado com as condições de milhares de gaúchos e gaúchas que ficaram sem suas casas.

Nesse sentido, como as práticas pedagógicas podem romper com o que está ultrapassado, voltando-se para o alcance de uma educação que seja acolhedora, inclusiva, criativa, transformadora da vida em sociedade, contribuindo para uma cultura de justiça e de paz para todos? A aprendizagem significativa no século XXI implica levar em conta aspectos como a imprevisibilidade, a colaboração, a criticidade, tendo como companheira a tecnologia e uma visão sobre um mundo sustentável e de convívio harmônico para todos os seres vivos, independentemente da raça, sexo, nacionalidade e/ou cultura.

O GT “Formação docente e aprendizagem significativa: correlações e intersecções” relaciona-se diretamente ao Eixo de número 6, denominado “Formação de Professores”, seja ela inicial ou continuada, posto que tem como objetivo refletir sobre as correlações e/ou intersecções entre a formação docente (inicial e/ou continuada) e aprendizagem significativa.

Dessa forma, o referido GT incentiva a inscrição de trabalhos que versem sobre temas como: práticas pedagógicas no contexto contemporâneo; prática pedagógica colaborativa, estratégias

disruptivas de ensino e aprendizagem; práticas pedagógicas (cri)ativas e inovadoras; educação inclusiva; diversidade e gênero na educação; currículo disruptivo; inovação, empreendedorismo e internacionalização como práticas pedagógicas inovadoras; práticas interdisciplinares; o papel das práticas de iniciação a docência durante a formação inicial (PIBID ou Residência Pedagógica); desafios da formação docente (inicial e/ou continuada) na contemporaneidade; e afins.

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

GT: Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Coordenação/Colaboração: Fernando Battisti, Elisabete Cerutti, Alexandre da Silva

Ementa: O presente Grupo de Trabalho, “Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções”, proposto ao XIII Simpósio Nacional de Educação propõe as discussões acerca de uma temática que vem sendo inserida cada vez mais no campo teórico da Educação e das Tecnologias: a Inteligência Artificial. As nuances do ambiente corporativo tem trazido para a educação a necessidade de pensar as metodologias, o planejamento docente e a avaliação uma série de reflexões sobre a inserção da inteligência artificial também na educação. Entre acessos e produções, muitos alunos, inclusive a usam para minimizar seu processo de aprender e a utilizam para compor ações avaliativas. O fato, porém, a ser pensado, é que há uma gama de possibilidades que a inteligência artificial traz para a educação e é necessário conhecê-la para compreender como as práticas educativas podem ser construídas.

Diante, esse contexto de cibercultura vivenciado no contexto educacional, ampliar as reflexões e debates no âmbito da Universidade torna-se uma tarefa essencial e que contribui significativamente na construção de experiências pedagógicas alinhadas ao fazer pedagógico. Por isso, ao provocar o aprofundamento teórico e prático, de trocas de experiências relacionadas a IA na educação, nossa proposta dinamiza, novos horizontes ao fazer docente, compreende uma educação inerente as mudanças socioculturais e promove a sensibilização para entender, compreender, debater e aprofundar as questões atinentes as tecnologias digitais e IA, no âmbito educacional.

Objetivos e delimitação da temática proposta: Compreender como a educação, as tecnologia digitais e a inteligência artificial podem ser alinhadas para contribuir a uma prática educativa que eleve a produção discente e torne cada vez mais o aluno um protagonista de seu conhecimento.

EIXO TEMÁTICO: DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

GT: Extensão Universitária e Educação em Direitos Humanos: relatos de experiências

Coordenação/Colaboração: Cilene Margarete Pereira, Elisa Zwick

Ementa: A Educação em Direitos Humanos (EDH) objetiva difundir informações sobre direitos humanos e capacitar as pessoas para o pleno exercício de sua dignidade e cidadania (ONU, 2006). O Plano de Educação em Direitos Humanos do Brasil, publicado em 2018, destaca o desafio de

tratar de temas relativos aos Direitos Humanos na América Latina e, particularmente, em nosso país, historicamente caracterizados por violações dos direitos das pessoas. A herança colonial senhorial brasileira e a forma de organização político-social do país, fundado na violência (colonização, escravidão, genocídios, ditaduras, etc.) (CHAUI, 2001), reflete em situações e ações permanentes de discriminação e de violações, sobretudo a determinado grupos sociais, que são invisibilizados, “por suas identidades culturais”, em uma sociedade que hierarquiza e rotula as pessoas como “normais” e “diferentes” (SILVA; TAVARES, 2012), valorizando as primeiras enquanto subalterniza/nega as segundas. Propor uma Educação em Direitos Humanos significa, portanto, pensar em estratégias de inclusão social de grupos minoritários, os quais estão/são apartados de instâncias decisórias de poder. (SODRÉ, 2005). A Extensão Universitária, conforme a entende Freire (1969), pode ser um instrumento bastante eficaz e lúcido para o exercício dos princípios da Educação em Direitos Humanos (dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, etc.), uma vez que busca promover um diálogo horizontalizado com esses grupos, estabelecendo uma relação entre o saber comunitário e o conhecimento acadêmico. Considerando estes dois campos, a Educação em Direitos Humanos e a Extensão Universitária, e sua inserção no eixo temático Diversidade, Educação e Inclusão, este GT propõe acolher trabalhos, no formato de relatos de experiências, mas fundamentados por meio de referenciais teóricos pertinentes aos temas tratados, que estabelecem conexões entre ações extensionistas e Direitos Humanos, inscritas nas áreas temáticas Direitos Humanos e Justiça e Educação, conforme orientações dos documentos normativos da extensão (FORPROEX, 2012), tendo como ponto de reflexão o diálogo com grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e econômica e/ou uma percepção crítica sobre realidades excludentes e formas de superá-las por meio da educação. Para tanto, o GT propõe, ainda, dois recortes, que precisam ser acionados já nos resumos dos trabalhos inscritos: (1) os trabalhos inscritos devem ser derivados de práticas extensionistas recentes, ocorridas entre 2020 e 2024, e especificar seus números de registros nas respectivas Pró-Reitorias de Extensão das universidades responsáveis pelas ações; (2) os trabalhos inscritos devem tratar mesmo de ações de extensão, obedecendo, rigorosamente, às cinco diretrizes da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

EIXO TEMÁTICO: DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

GT - Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Coordenação/Colaboração: Eliane Cadoná, Camila Aguilar Busatta, Gisele Louro Peres

Ementa: Refletir sobre o direito à educação e como está ocorrendo o movimento de inclusão dos grupos vulnerabilizados, das minorias (pessoas com deficiência, pessoal LGBTQIAPN+, imigrantes, dentre outras) é de extrema importância, haja vista de que se tratará de tema atual e impulsionador de problematizações, em especial frente às adversidades que ocorrem nas diferentes esferas da educação que, por sua vez, impedem que a educação entregue à população faça cumprir com o que está previsto na Constituição Cidadã. Analisar a Inclusão das minorias, dos grupos vulnerabilizados e das pessoas com deficiência em nosso país requer entender e compreender as informações sobre o acesso e permanência de estudantes no ensino, destacando o fato de que

estamos situados/as em uma das nações que possui os menores índices de ingresso, permanência e desenvolvimento na educação. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relatório lançado em 2021, “A Educação no Brasil: uma perspectiva internacional” e, apesar dos avanços na educação, [...] em 2018, 14% dos alunos de 25 a 64 anos no Brasil não haviam concluído o primeiro ciclo do Ensino Fundamental e 47% não haviam concluído o Ensino Médio, sendo que as médias da OCDE registraram, respectivamente, 2% e 22% em 2019.” Nesse sentido, fica evidente que a Educação Inclusiva faz parte de um sistema educacional deficiente e precário em relação à assistência das demandas da sociedade, como também, de uma parcela da população social e economicamente excluída. Nesse sentido, o presente GT tem por objetivo geral promover o debate e a discussão de pesquisas sobre a inclusão das minorias na educação básica, envolvendo temáticas que abordem desde as políticas públicas, direitos humanos, práticas docentes e uso de tecnologias, que assegurem tanto o acesso quanto a permanência desses/as estudantes no ensino regular, bem como de ações concretas, que estão sendo implementadas de forma a garantir o pleno desenvolvimento, intelectual e social das pessoas que frequentam a escola.

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO BÁSICA

GT: Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Coordenação/Colaboração: Jaqueline Moll; Edna Alves Pereira da Silva

Ementa: Na perspectiva da afirmação dos direitos de cidadania, este grupo de trabalho propõe o debate acerca Educação Integral na Educação Básica, como eixo estruturante para a formação humana omnilateral, prevista como objetivo da educação brasileira na Constituição Federal como pleno desenvolvimento da pessoa. Tem a intenção de mobilizar discussões, a partir de pesquisas e experiências, para fortalecer a temática e as ações já realizadas no âmbito da educação básica, da educação infantil ao ensino médio. A Educação Integral deve ser proporcionada a todos os educandos/estudantes, nas distintas modalidades da Educação Básica, compreendendo a ampliação do tempo, dos espaços e das oportunidades formativas, para garantir aprendizagens e direitos de cidadania, a partir da articulação dos saberes socialmente construídos e acumulados e dos saberes existentes no território na qual cada escola está inserida. Refere-se, portanto, a Educação Integral que vai além da extensão da jornada escolar, proporcionando experiências formativas, no campo intelectual, físico, social, cultural, estético, ambiental, ético, entre outros, partindo do princípio da equidade e do respeito aos diferentes grupos sociais e culturas. Para articular e refletir sobre a temática proposta, esse GT formula os seguintes questionamentos: O que se entende como educação integral? Qual Educação Integral está sendo ofertada aos educandos/estudantes da educação básica? A Educação Integral ofertada é capaz de formar cidadãos plenos? Como articulam-se práticas pedagógicas para a organização e materialização de currículos que integrem saberes universais saberes construídos nos territórios e comunidades? Como se organizam políticas intersetoriais para a efetivação de uma educação integral? Como a

história das políticas públicas e experiências realizadas no Brasil, desde as escolas-parque de Anísio Teixeira, impactam as experiências e políticas atuais? Como a experiência recente do Programa Mais Educação impacta a educação integral? Como a Lei federal 14.640 de 31 de julho de 2023 vem impactando a realidade educacional brasileira?

EIXO TEMÁTICO: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

GT: (A importância do) letramento matemático e suas variantes na construção de uma sociedade democrática

Coordenação/Colaboração: Luci Teresinha M. dos S. Bernardi, Bruna Larissa Cecco

Ementa: O Grupo de Trabalho sobre Letramento Matemático justifica-se diante da ampla necessidade de sermos sujeitos letrados, considerando a sociedade grafocêntrica e quantificadora que vivemos. Grafocêntrica, pois as práticas socialmente valorizadas estão fortemente marcadas pela mediação da escrita, e quantificadora, pois os argumentos quantitativos (métricos, geométricos, classificatórios, de ordenação, etc.) embasam ou até mesmo definem decisões, possibilidades e interdições, que também estão na produção e leitura de textos. Neste sentido, compreendemos a importância e a necessidade de um olhar para o desenvolvimento do letramento, enquanto dimensão e relevância social das práticas de leitura e de escrita na sociedade, e mais especificamente do letramento matemático, numa perspectiva crítica e para além do processo de escolarização. Podemos observar que é crescente o uso das informações escritas na vida social das comunidades, a partir de diferentes gêneros textuais e mídias, como: jornais, blogs e perfis pessoais nas redes sociais; documentos pessoais, prontuários médicos e resultados de exames de laboratório, receitas, bulas e rótulos de remédios e cosméticos, cartões de vacinação, fichas de encaminhamento e senhas para atendimento, cartão de banco, caixa eletrônico, cheques, cédulas e moedas; cartões, bilhetes, e-mails, calendários, agendas, cronogramas, tabelas e placares de eventos esportivos, diários etc. Pensando na matemática, ela pode estar em muitos dos exemplos anteriores e as noções quantitativas, lógicas e de argumentação serem essenciais para definição e execução de atividades, que extrapolam os limites do ambiente escolar. Entendemos a importância das práticas sociais no desenvolvimento, assim como das vivências no processo escolar, afinal, a escola é uma importante agência de letramento. Inclusive, é evidenciado na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o compromisso do Ensino Fundamental com o desenvolvimento do letramento matemático. Importante salientar, que existe uma variedade de nomenclaturas para referir-se ao mesmo, além de diferentes perspectivas, bem como uma diversidade de letramentos. Nesse sentido, o GT se propõe a sistematizar a interlocução de diferentes pesquisadores e estudos compondo as discussões em torno do eixo que perpassa a Alfabetização e Letramento considerando os desafios e compromissos para a vida democrática com foco no matemático e abrindo o diálogo com outros letramentos emergentes, inclusive os multiletramentos.